

PROGRAMA TRANSITÓRIO DE AÇÕES PARA 2005
CONVÊNIO CVRD 0333/90 e ADITIVOS
Proposta preliminar / março 2005

No decorrer de 2005, as ações desenvolvidas no âmbito do Convênio CVRD 0333/90 (e aditivos) na Terra Indígena Mãe Maria serão avaliadas seguindo uma metodologia participativa e interdisciplinar, de acordo com as áreas de atuação, com supervisão de cunho antropológico.

Até o mês de julho – período de avaliação das atividades –, as reuniões com as comunidades serão realizadas mensalmente (durante uma semana a 10 dias). Até outubro haverá necessidade de mais uma reunião (ou duas) para a elaboração final e ajustes de um Plano Plurianual que será então apresentado à CVRD pelas Associações Indígenas (em número de três), atualmente existentes na Terra Indígena Mãe Maria.

Saúde - o volume de recursos despendidos nos últimos anos revela a sua importância. Uma equipe da Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ / MS), do Rio de Janeiro, estará encarregada de promover esta avaliação e, juntamente com a equipe de campo (enfermeiras, auxiliares e agentes de saúde indígenas) estruturar, com assessoria antropológica, um *Projeto de Saúde e Saneamento Básico* para longo prazo. A instalação de um Posto avançado no local terá a finalidade de fornecer os serviços de saúde preventiva, monitorar a situação das comunidades (perfis epidemiológico e sanitário), além de prover capacitação e atualização (cursos, oficinas, etc.) para todo o pessoal envolvido. Uma das comunidades apresenta maior risco devido a sua localização e exposição aos campos eletromagnéticos da rede de transmissão de alta tensão que atravessa a Terra Indígena.

Esta etapa de avaliação deverá ocorrer de *11 a 15 de maio de 2005*; ainda no primeiro semestre e por recomendação dos avaliadores deverão ter lugar ações emergenciais de saneamento (como campanhas voltadas para a destinação do lixo nas aldeias, abastecimento de água, etc.) e atividades conjuntas com a área de Educação.

Educação – através da Secretaria de Educação do Estado do Pará (SEDUC) e com a eventual colaboração de profissionais do Centro de Trabalho Indigenista (que desenvolve um programa de educação entre os grupos Timbira do estado do Maranhão), em conjunto com as equipes de educação atuantes nas comunidades na TI Mãe Maria e sua assessoria (a lingüista Profa. Leopoldina Araújo, da UFPa) procederão a uma avaliação do desempenho da Escola Estadual de 1.º grau (1.ª a 8.ª séries) que funciona atualmente nas aldeias, diante da necessidade de reestruturação de um *Projeto de Educação e Referência Cultural*.

Tendo em vista o grande número de jovens das aldeias que se desloca à Marabá para cursar o 2.º grau, está sendo avaliada pela SEDUC a possibilidade de sua implantação nas aldeias, a partir de 2006. A questão reside nos recursos humanos necessários, que requerem formação e capacitação específicas e que deverão ser providos pelo governo do estado do Pará.

A reestruturação do *Projeto de Educação e Referência Cultural* no âmbito do Convênio 0333/90 será realizada com a colaboração de profissionais que vêm se dedicando ao estudo lingüístico do idioma, com a finalidade de elaborar e publicar materiais didáticos bilíngües (com apoio do MEC). Este projeto dará continuidade à realização dos registros

visuais (fotografia e vídeo) e sonoros, com a constituição de um acervo iconográfico e sonoro dos grupos locais atualmente em Mãe Maria. Os intercâmbios com outros grupos com afinidades lingüístico-culturais têm por objetivo promover a auto-estima dos grupos em Mãe Maria, incentivando-os à utilização do próprio idioma como língua-mãe, num processo de fortalecimento da identidade étnica, voltado para a reprodução social e cultural.

Atividades econômicas – esta é uma das áreas de atuação cuja avaliação no primeiro semestre de 2005 deverá contar com a colaboração de profissionais do LASAT (Laboratório do Centro Agroambiental do Tocantins), com sede em Marabá e ligado à Universidade Federal do Pará. Através de um diagnóstico rápido participativo, os integrantes da comunidade *Parkatejê* realizaram, em fevereiro último, uma primeira avaliação de algumas destas atividades – plantio mecanizado de arroz, milho, feijão e mandioca, formação de um pomar e atividades pecuárias – chegando à conclusão de que há necessidade de redimensionamento, incluindo o estímulo à recuperação de técnicas de cultivo e de cultivares tradicionais, ao lado da necessidade de um plano de utilização dos recursos naturais existentes na Terra Indígena Mãe Maria. O aumento significativo da população - nascem cerca de 10 crianças por ano em cada uma das aldeias – traz o risco de esgotamento dos recursos, caso não haja um plano de gestão territorial e ambiental visando a preservação e recuperação das áreas de florestas, ao lado do manejo adequado (atividades extrativistas e de coleta de frutos silvestres).

Acentua-se a necessidade de realizar, a curto prazo, um diagnóstico etno-ambiental participativo na Terra Indígena Mãe Maria. A intensificação do uso de recursos naturais (com o aumento populacional) e os desmatamentos verificados no entorno vêm ocasionando modificações nos ecossistemas e prejudicando a regeneração espontânea das áreas de floresta densa, nichos de abrigo de animais de caça e aves. A elaboração de um projeto que contemple a recuperação de áreas degradadas, sobretudo ao longo da ferrovia de Carajás (onde caixas de empréstimo não foram recuperadas) e uma especial atenção às faixas limítrofes norte e sul (linhas secas) virão a ser atividades realizadas em conjunto com a equipe de vigilância e proteção ambiental.

Vigilância e proteção ambiental – a avaliação destas atividades, assim como o seu devido redimensionamento, serão realizados em conjunto com as atividades econômicas das comunidades em Mãe Maria, com a colaboração de uma equipe ligada ao LASAT / UFPa. A médio prazo, a necessidade de treinamento e capacitação dos integrantes da equipe de vigilância estará voltada para uma perspectiva ampliada de formação de agentes agro-florestais, atividade a ser desenvolvida em conjunto com o Projeto de Educação e Referência Cultural e com as Atividades Econômicas, campos de trabalho que estão interligados.

Administração e fortalecimento institucional: no decorrer de 2005, estará sendo discutido em conjunto com as comunidades indígenas em Mãe Maria um novo modelo de gestão de recursos advindos do Convênio (e aditivos), com a colaboração de técnicos da CVRD e integrantes da FUNAI. O objetivo é aprimorar a gestão destes recursos, ao lado do acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas e sua avaliação sistemática, além de capacitar as Associações Indígenas e promover o seu fortalecimento institucional.